

OS THINK TANKS E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA EDUCACIONAL: O INTERESSE DO CAPITAL NA FORMAÇÃO ESCOLAR

THINK TANKS AND THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE IN THE EDUCATIONAL AREA: THE INTEREST OF CAPITAL IN SCHOOL TRAINING

Valdelaine Mendes¹

ORCID <https://orcid.org/0000-0003-4376-1080>

Resumo:

Os *think tanks* podem ser definidos como organizações que têm como propósito produzir e disseminar o conhecimento para exercer influência na definição das políticas nas mais diversas áreas de atuação de um governo. Eles estão presentes em todos os continentes, e muitos contam com volumosos orçamentos e possuem escritórios em dezenas de países. Cresceram expressivamente pós anos 1990, tanto com a criação de novas organizações quanto com sua capilarização, cuja expansão ultrapassa o país onde têm sede. Este artigo tem como objetivo analisar dois Centros de Pesquisa que produzem, organizam e desenvolvem estudos na área educacional no Brasil e elaboram materiais para intervir no trabalho realizado nas redes públicas de ensino. O foco do estudo foi entender o que são os *think tanks*, como se constituem e como se organizam para influenciar a organização das políticas educacionais nas diferentes esferas de governo. Este é um estudo documental, em que foram analisados materiais e documentos produzidos por dois Centros de Pesquisa vinculados a duas organizações privadas: Instituto Unibanco e Sebrae, desde a sua criação. Esses aparelhos privados de hegemonia operam para legitimar os interesses dos grupos dominantes, e portanto, avançam sobre o sistema educacional público para fortalecer o pensamento hegemônico. Produzem conhecimento para disseminar uma concepção de mundo que interesse ao capital, mesmo que conflitante com as condições de existência dos usuários da escola pública.

Palavras-chave: *Think tank*. Educação. Produção do conhecimento. Hegemonia.

Abstract:

Think tanks can be defined as organizations whose purpose is to produce and disseminate knowledge to influence the definition of policies in the most diverse areas of a government's activities. They are present in all continents, and many have large budgets and have offices in dozens of countries. They grew significantly after the 1990s, both with the creation of new organizations and with their capillarization, whose expansion goes beyond the country where they are based. This article aims to analyze two Research Centers that produce, organize and develop studies in the educational area in Brazil and prepare materials to intervir in the work carried out

¹ Professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, Brasil.

in public education networks. The focus of the study was to understand what think tanks are, how they are constituted and how they are organized to influence the organization of educational policies in different spheres of government, and to analyze the characteristics and content of the materials produced by two Research Centers. This is a documentary study, in which were analyzed materials and documents produced by the Research Centers linked to two private organizations: Instituto Unibanco and Sebrae, since their creation. These private apparatuses of hegemony operate to legitimize the interests of dominant groups, and therefore, advance on the public educational system to strengthen hegemonic thinking. They produce knowledge to disseminate a conception of the world that interests capital, even if it conflicts with the conditions of existence of public school users.

Keywords: Think tank. Education. Production of knowledge. Hegemony.

INTRODUÇÃO

Desde a primeira década dos anos 2000, assiste-se ao crescimento da participação privada no setor educacional. A Constituição Federal de 1988 (CF 1988), no seu art. 209, define que o “ensino é livre à iniciativa privada” (Brasil, 1988). Anos mais tarde, a Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ao fazer a regulamentação desse dispositivo constitucional, detalhou as características do ensino privado, o que permite igualar uma instituição educacional a uma empresa, e a educação a uma mercadoria como outra qualquer (Brasil, 1996). O expressivo crescimento no ensino superior privado², desde então, ilustra essa situação.

Entretanto, essa participação privada não se restringe ao formato jurídico da constituição das instituições educacionais, pois há um movimento das organizações da sociedade civil, plenamente articuladas com parlamentares, meios de comunicação e grandes empresas para a introdução de um conjunto de valores e procedimentos coerentes com o modelo civilizatório vigente, que vão de encontro “aos princípios da gestão democrática da escola pública”, previstos na CF 1988 e na LDB 9.394/96, nas redes de ensino.

Essas intervenções na educação pública ocorrem por meio de um repertório de direcionamentos que são elaborados por instituições privadas, que visam a orientar o trabalho nas secretarias de educação e nas escolas da Educação Básica. Há todo um arcabouço de documentos e materiais produzidos para definir como deve ser o trabalho do professor, da escola e da rede de ensino. Esses procedimentos limitam a autonomia de docentes e das instituições educacionais, que devem, nessa lógica, ser executoras de programas e materiais elaborados por organizações da sociedade civil. O comprometimento do princípio da democracia é percebido porque não são mais os projetos político-pedagógicos, elaborados por cada escola, que vão balizar as ações no interior das instituições educacionais, mas as orientações oriundas dessas organizações.

Essa participação dos grupos privados nas escolas públicas, com o propósito de inserir um modelo de mercado na educação (Freitas, 2018), não ocorre de uma forma isolada, mas conta com apoio de grupos empresariais, de setores da grande imprensa e de partidos políticos. Em outras

² Esse crescimento pode ser detalhadamente visualizado nas sinopses estatísticas do ensino superior, disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (www.inep.gov.br).

palavras, há uma ampla articulação para formar a opinião pública e convencer a sociedade do quanto são promissoras essas parcerias para a qualidade da educação brasileira.

Isso pôde ser sentido, na última década, na apreciação de temas no âmbito legislativo, como a Base Nacional Comum Curricular, a Reforma do Ensino Médio e a educação a distância. Ainda que integrados à agenda de entidades estudantis, sindicais e acadêmicas no país, que reivindicavam a ampliação do debate sobre essas pautas para a elaboração de textos legais que refletissem os anseios³ das comunidades escolares, o que se viu foi o privilégio da escuta dos interlocutores privados, em larga medida, representando os setores empresariais, que agregam força para impor seus interesses na legislação educacional do país.

Além da expansão quantitativa e da capilarização dos interlocutores privados que atuam dentro dos gabinetes governamentais, vão se constituindo formas mais sofisticadas e menos visíveis de atuação. Os *think tanks*, presentes em todos os continentes, bem ilustram essas novas formas de intervenção. Com o propósito de produzir e disseminar o conhecimento para exercer influência na definição das políticas nas mais diversas áreas de atuação de um governo, essas organizações produzem estudos, relatórios, planilhas de dados e outros materiais para subsidiar decisões no executivo e no legislativo. Essa produção também é apropriada pelos grandes meios de comunicação, que se encarregam de disseminar os dados produzidos. Antonio Gramsci, em suas elaborações, já alertava para o fato de que a opinião pública não é deixada a uma livre formação de ideias; entidades e organizações operam para legitimar os interesses dos grupos dominantes, formam Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) (Liguori, 2017). Uma expressiva parcela dos *think tanks* produz informações e apresenta soluções, para problemas complexos, plenamente adequadas aos propósitos do capital.

Este texto tem como objetivo analisar dois Centros de Pesquisa que produzem, organizam e desenvolvem estudos na área educacional no Brasil e elaboram materiais para intervir no trabalho realizado nas redes públicas de ensino. Interessa, aqui, compreender como se organizam e que tipo de análise desenvolvem: o Centro de Pesquisa Transdisciplinar em Educação (CPTE) do Instituto Unibanco (IU) e o Centro de Referência em Educação Empreendedora (CER) do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Ainda que não se autodefinam como *think tanks*, esses centros possuem propósitos alinhados com a atuação dessas organizações.

A necessidade de aprofundar entendimentos sobre esses dois centros de estudos surgiu da percepção de que são organizações que inserem a educação no universo das relações capitalistas de produção para a produção do conhecimento a serviço da agenda do capital. Para Saviani (2015), é pelos elementos que produziram o surgimento de um problema que se pretende elucidar que se inicia a investigação. Este é um estudo documental (Gil, 2002), em que foram analisados materiais disponíveis nos sítios eletrônicos das duas organizações estudadas. A identificação e seleção dos materiais que interessavam a este estudo ocorreram até agosto de 2024, e não foi estabelecido um

³ Nessa correlação de forças pela ampliação de direitos, historicamente, as entidades fazem pressão para assegurar e qualificar o atendimento na área social. Na sociedade capitalista, as políticas públicas são a garantia de uma existência digna para a classe trabalhadora, ainda que apenas sejam a expressão da forma de funcionamento do estado capitalista e do pensamento hegemônico. Como afirma Fontes (2020), é a reprodução das condições gerais de existência que condiciona a existência do Estado.

recorte temporal para o início do levantamento do material. Foram analisados textos, relatórios, notícias e exposições orais disponíveis nos endereços eletrônicos. Para interpretar sistematicamente os achados da pesquisa foram usadas as orientações de Bardin (2016) sobre a análise de conteúdo.

A PROLIFERAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS: OS *THINKTANKS* E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Desde a década de 1990, assiste-se ao crescimento das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos no Brasil. Trata-se de uma atuação estimulada e impulsionada durante o primeiro mandato (1995-1998) de Fernando Henrique Cardoso, que se manteve e se expandiu nos governos seguintes. A reforma gerencial coordenada por Luiz Carlos Bresser-Pereira, então à frente do Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare), no ano de 1995, foi idealizada sob as dimensões da gestão (adoção de formas de trabalho no serviço público para definir metas de desempenho, para que servidores públicos apresentem melhores resultados) e da estrutura (valorização de determinadas carreiras públicas, consideradas de estado, e o deslocamento de serviços sociais, culturais e científicos para as organizações sociais). O interesse de Bresser-Pereira, ao assumir a pasta, na administração pública federal, baseava-se na percepção de que o “aparelho do Estado brasileiro necessitava urgentemente de reforma para poder ficar à altura das novas responsabilidades que assumiria nas áreas da saúde e da educação a partir da transição democrática de 1985” (Bresser-Pereira, 2010, p. 181).

Para o economista e idealizador da proposta, a reforma gerencial não estava na agenda nacional naquele momento, foi vista com desconfiança e não foi imediatamente aceita dentro e fora do governo. Entretanto, um dos primeiros sinais de que a proposta poderia ser bem compreendida e, portanto, contaria com o apoio de setores tradicionais da economia brasileira, foi dado pelo jornal *O Globo* que, à época, além de produzir um editorial com argumentos favoráveis a uma reforma nos moldes de uma reforma gerencial, também dedicou matéria de duas páginas do jornal ao tema, oportunidade para o ministro esclarecer e ampliar a sua proposta (Bresser-Pereira, 2010). A partir de então, os ataques aos servidores públicos ganharam força, sob a alegação de que o Estado é oneroso e ineficiente e, portanto, precisa ser reformado.

Bresser-Pereira (2010) reconheceu que sua mais bem-sucedida experiência pública foi à frente do Mare, ao iniciar uma ampla reforma administrativa, traduzida inicialmente no documento denominado Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, e posteriormente, em um projeto de emenda constitucional que resultou na Emenda 19, de abril de 1998. Reconheceu, também, que pela permanência na presidência do Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), órgão multilateral dedicado à administração pública, ajudou a impulsionar a reforma gerencial nos demais países da América Latina.

O autor da proposta, ao analisá-la 15 anos após sua aprovação, entendia que importantes avanços foram alcançados na reforma gerencial do Estado, mas que uma reforma desse tipo somente pode ser avaliada depois de 30 ou 40 anos, quando poderá ser considerada completa. Para Bresser-Pereira (2010, p. 174) “além de as práticas gerenciais continuarem a se expandir no

governo federal, estão sendo criadas organizações sociais – uma inovação institucional importante da reforma gerencial de 1995 à qual, na época na oposição, o PT se opôs”.

De fato, o projeto iniciado com a Reforma Administrativa em 1995 seguiu em curso, nesses quase 30 anos de execução. Para responder às necessidades econômicas, sociais, culturais e científicas produzidas pela Reforma do Estado, assistiu-se à criação e à proliferação de instituições que nunca pararam de crescer, independentemente dos partidos que estavam no executivo. De acordo com o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (OSC), produzido pelo Instituto de Economia Aplicada (IPEA), até 2023, o Brasil tinha 879.326 OSC ativas⁴.

Desde o fim da década de 1990, os títulos de Organização Social (OS) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) são outorgados a organizações da sociedade civil (OSCs) pela Administração Pública municipal, estadual ou federal. O objetivo é garantir juridicamente que a entidade possa receber benefícios de governos e órgãos públicos (na forma de estabelecimento de parcerias, dotações orçamentárias, isenções fiscais etc.) para a realização de suas atividades, que devem ser, necessariamente, de interesse coletivo da sociedade (IPEA, 2020, p.3).

O levantamento apresentado pelo IPEA sobre a evolução dos recursos públicos federais transferidos para as OSC no Brasil é revelador da transferência de responsabilidades dos serviços que são prestados internamente no país, o que confirma o êxito da proposta de Reforma do Estado defendida por Bresser-Pereira.

Tabela 1- Quantitativo de OSC no Brasil e Recursos Públicos transferidos

Ano	Total de OSC no Brasil	Recursos públicos federais transferidos para OSC
2010	623.579	14.297.274.425
2011	655.085	11.846.499.162
2012	684.125	13.532.183.818
2013	716.811	13.163.926.975
2014	746.109	13.740.610.989
2015	772.631	11.449.692.318
2016	795.092	12.099.265.493
2017	781.921	15.663.320.533
2018	836.936	12.922.698.045
2019	847.585	*

⁴ A referência a essas organizações, neste estudo, tem como propósito demonstrar que a reforma gerencial produziu a transferência de responsabilidades do setor público para o privado, na área social. As recomendações e as orientações produzidas pelos *think tanks*, analisados na pesquisa, estão nessa mesma direção.

2020	841.244	*
2021	860.490	*
2022	879.117	*
2023	879.326	*

Fonte: Elaboração própria com base em IPEA. Indicadores. Mapa das Organizações da Sociedade Civil.

Nota: *Dados não disponíveis nos relatórios do IPEA.

Em um intervalo de 15 anos, houve aumento de 41% dessas organizações. Como, em larga medida, essas entidades não dispõem de recursos para realizar suas ações, elas dependem dos fundos públicos para financiar seu funcionamento e, assim, são instituídas as parcerias público-privadas (PPP). A lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, ao instituir normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas, no âmbito da administração pública, tornou-se o marco das PPP no país, instrumento legal que cria condições para que serviços tradicionalmente ofertados pelo Estado sejam assumidos pelo setor privado (Brasil, 2004).

A reforma gerencial representou o momento definitivo de adesão do Brasil ao projeto neoliberal, já em curso em outros países, de alteração na forma de atuação do Estado para assegurar a conservação e a ampliação do modo de produção vigente. Internamente, é executado um projeto que “inspirou-se, sem dúvida, na administração de empresas, principalmente nas suas estratégias administrativas, mas isso não significa tenha também adotado o lucro e outros conceitos do setor privado; o critério da administração pública é sempre do interesse público” (Bresser-Pereira, 2010, p. 190).

O ataque às organizações coletivas e sindicais; o estímulo à adoção de formas de trabalho nas instituições públicas pautados em disputas por editais, em metas e resultados; e o acirramento dos processos de terceirização de serviços são expressões dos desdobramentos dessa reforma. Retirar funções do Estado e dos servidores públicos e ampliar a responsabilidade social das OSC compõe o arcabouço de medidas para acentuar a atuação dos grupos privados que sejam capazes de perpetuar valores inerentes ao capital.

Para Montaño (2002), o projeto neoliberal tem como premissa a substituição do caráter universal das políticas sociais, com base na solidariedade do financiamento, de acordo com as condições econômicas de cada um, por um modelo que se estrutura no poder aquisitivo individual. Perde-se a perspectiva do direito a ser acessado por todos indistintamente, e adota-se a lógica da aquisição de serviços, disponíveis no mercado para quem puder pagar, ou acessados por meio de organizações filantrópicas, sem fins lucrativos, para aqueles com insuficiência de recursos.

São formas de dar respostas à desigualdade econômica produzida pelo capitalismo. Esses APH, mesmo que se constituam formalmente fora do Estado, operam tanto dentro quanto fora das estruturas estatais. Como afirma Fontes (2020, p. 16), “não é possível separar completamente APHs e instituições públicas, sendo a sociedade civil constitutiva do próprio Estado capitalista”.

À existência e conservação de um sistema de acumulação precisa corresponder um regime de reprodução que seja capaz de interferir no comportamento dos indivíduos, independentemente da posição que ocupam. Muito além das transações do mercado, “a socialização do trabalhador

nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais” (Harvey, 2009, p. 119).

As organizações que atuam no atendimento direto da parcela com menores rendimentos da população, gozam de visibilidade e contam com a divulgação de suas ações nos grandes meios de comunicação. Em geral, com a mensagem de um atendimento desprovido de interesses, prestado por pessoas ou grupos que doam seu tempo para preencher uma lacuna [produzida] deixada pela ausência do Estado. Como observado na Tabela 1, institutos, fundações e associações realizam ações, especialmente na área social, para oferecer esse atendimento. Esses aparelhos privados de hegemonia atuam ampliando “a representatividade das classes dominantes na arena da luta de classes no Brasil” (Casimiro, 2018, p. 152).

Há uma concepção de mundo, alinhada ao modo de produção vigente, que sustenta essas ideias e que precisa ser permanentemente fortalecida e disseminada. Na mesma esteira dessas organizações que atuam diretamente na oferta de serviços na área social, há outro tipo de organização que ascende no país, na mesma proporção: os *think tanks*. São organizações que têm como propósito produzir conhecimento para exercer influência, tanto na formação da opinião pública; em áreas como meio ambiente, defesa, educação, saúde, entre outras; quanto na formulação de políticas públicas. Essas organizações estão presentes em todos os continentes, e de acordo com o último levantamento produzido pela Universidade da Pensilvânia, (McGann, 2020), no ano de 2020, havia 11.175 *think tanks* no mundo. Essa ampliação também se expressa na articulação entre os *think tanks*, que formam redes de atuação para fortalecer a sua influência.

Tabela 2-10 países e Brasil com o maior número de *thinktanks*(2008, 2017, 2018, 2020)

País	2008		2017		2018		2020	
	Quantidade	Colocação	Quantidade	Colocação	Quantidade	Colocação	Quantidade	Colocação
Estados Unidos	1.777	1º	1.872	1º	1.871	1º	2.203	1º
Reino Unido	283	2º	444	3º	321	4º	515	4º
Alemanha	186	3º	225	5º	218	6º	266	7º
França	165	4º	197	6º	203	8º	275	6º
Argentina	122	5º	146	7º	227	5º	262	8º
Índia	121	6º	293	4º	509	2º	612	3º
Rússia	107	7º	103	9º	215	7º	143	12º
Japão	105	8º	116	8º	128	9º	137	13º
Canadá	94	9º	100	10º	100	12º	85	23º
Itália	87	10º	100	10º	114	10º	153	11º
África do Sul	78	11º	92	12º	92	13º	102	15º
China	74	12º	512	2º	507	3º	1413	2º
Suíça	72	13º	76	14º	78	17º	93	18º
Suécia	68	14º	89	13º	90	14º	101	16º
Holanda	55	15º	76	14º	83	16º	85	23º

México	54	16°	74	16°	86	15°	109	14°
România	53	17°						
Espanha	49	18°	63	21°	66	22°	95	17°
Bélgica	49	19°	61	23°			85	23°
Israel	48	20°	67	18°	69	19°		
Ucrânia	45	21°					90	19°
Hungria	40	22°						
Polônia	40	23°	60	24°				
Brasil	39	24°	93	11°	103	11°	190	9°
Nigéria	38	25°						
Áustria			68	17°	74	18°	86	22°
Bolívia			66	19°	66	20°		
Chile			63	21°	64	22°		
Colômbia					64	22°	90	19°
Irã			64	20°	64	22°	87	21°
Taiwan			58	25°	61	25°		
Coreia do Sul							412	5°
Vietnam							180	10°

Fonte: Elaboração própria com base em McGann, (2008, 2017, 2018 e 2020).

O Brasil saltou, em um intervalo de 12 anos, da 24ª para a 9ª posição em relação à quantidade de *think tanks* levantados pelo Relatório da Universidade da Pensilvânia. Em 2008 foram contabilizados 39 *think tanks* no país; e em 2020, esse número saltou para 190, em um crescimento de 385%. Entretanto, é preciso atenção não apenas ao crescimento, mas à forma capilarizada de atuação, em que uma mesma organização possui escritórios e estruturas em mais de oitenta nações⁵, o que amplia expressivamente essa participação.

A propagação dos APH empresariais no planeta é a expressão da relevância que esse tipo de organização tem na formatação das políticas governamentais, na qual os *think tanks* cumprem um papel central ao produzirem conhecimento e recomendações para diferentes instâncias governamentais. O substancial crescimento, tabela 2, é revelador do papel que tais organizações⁶ pretendem exercer na formação da opinião pública e na organização das políticas. Este estudo situa-se na área educacional, mas a atuação dessas organizações não se restringe a essa área, pois é preciso intervir em todos os campos da vida social e convencer a sociedade de que o Estado deve ser mínimo, o mercado deve regular as relações sociais e o setor privado deve assumir as funções públicas.

No que tange à educação, “organizações financiadas por empresários e empresas, que acumulam as maiores fortunas do país, não atuam de forma desinteressada produzindo conhecimento para intervir na formatação das políticas educacionais e, conseqüentemente, na formação de gerações” (Mendes, 2021, p. 102). De acordo com Rikowski (2009, p. 405), os representantes do capital, favoráveis à privatização, formam redes para convencer a opinião

⁵É, por exemplo, caso da Atlas Network, com sede nos Estados Unidos da América (EUA).

⁶De acordo com Teixeira (2007), nem todos os *think tanks* podem ser considerados pró-mercado.

pública de que a educação não pode ser totalmente financiada pelo Estado, e para isso contam, além dos *think tanks*, com “máquinas de relações públicas, organizações de lobby, meios de comunicação simpáticos à privatização, declarações públicas de gerentes de alto escalão e executivos de corporações [...]”.

Em estudo sobre as relações entre as universidades e os *think tanks*, Secchi e Ito (2016) mostram o quanto é diversa a produção do conhecimento em cada uma dessas esferas. O ambiente das universidades e a forma de organização do trabalho, principalmente nas públicas, confere aos docentes liberdade de escolha sobre temas e metodologias, prazos ampliados para realização dos estudos, e adoção de linguagem mais técnica e formal. Já o ambiente dos *think tanks* assume outros contornos e gera pesquisas com prazos mais curtos, menor liberdade de escolha de temas (que são encomendados), e foco na repercussão prática do que foi produzido (Secchi; Ito, 2016).

Ainda que se admita a ocorrência de participação de docentes de universidades na realização de pesquisas em *think tanks*, por meio de consultorias e assessorias, esse envolvimento é condicionado por aquilo que é pré-definido pela contratante e pelos interesses que impulsionaram a realização da pesquisa. A divulgação dos resultados não passa pelo crivo de especialistas, como acontece com as revistas científicas. Para os *think tanks*, o que importa é “a repercussão social e política dos resultados das pesquisas realizadas” (Secchi; Ito, 2016, p. 348). Em outras palavras, os *think tanks* voltam-se para a produção de resultados mais imediatos e de interesse da organização.

Para Minto (2023) o uso da metodologia baseada em evidências nas pesquisas serve para legitimar a atuação dos *think tanks*, enfraquecer as universidades, retirar a dimensão crítica dos fenômenos analisados e favorecer os interesses do capital. As soluções superficiais para questões complexas, produzidas e apresentadas por essas organizações, a partir de dados isolados, desconsideram as múltiplas causas dos problemas educacionais (Minto, 2023).

Bresser-Pereira (2010) reconhece que um de seus fracassos à frente do Mare foi na educação. Entendia que as primeiras organizações federais que deveriam se transformar em organizações sociais eram as grandes universidades federais, sob a alegação de que “o fato de estas universidades serem estatais era e continua a ser a principal causa de sua alta ineficiência” (Bresser-Pereira, 2010, p. 205). Justifica a ineficiência com o argumento de que “professores de alta qualidade dedicados à sua tarefa de ensino e pesquisa vivem lado a lado e recebem os mesmos salários que professores incompetentes e ociosos” (Bresser-Pereira, 2010, p. 205). Para transformar o estatuto administrativo das universidades federais, cita as universidades dos Estados Unidos, que não contam com servidores públicos e gozam de autonomia administrativa e financeira, e são altamente competitivas.

A Reforma do Estado de 1995 segue em curso. O crescimento de organizações com propósito de produzir conhecimento financiadas pelos setores empresariais, que se colocam como legítimas produtoras de subsídios para a elaboração e a avaliação das políticas públicas, acaba por fazer pressão sobre as universidades públicas, que são taxadas de morosas e ineficientes. Entretanto, a robusta produção dessas organizações, que circula revelando verdades sobre as questões educacionais, “apresentam problemas que não resistiriam a uma análise metodológica”

(Freitas, 2018, p. 63). A utilização de estudos que se amparam em estratégias metodológicas duvidosas ou que fazem recortes arbitrários para socializar resultados que interessam ser publicados é algo preocupante, porque pode levar à tomada de decisões que estejam na contramão das demandas educacionais. De acordo com Freitas (2018, p. 65), esse tipo de estratégia foi utilizado nos EUA pelos defensores das escolas *charters*, para afirmar a adoção desse modelo de escola como o melhor caminho para aumentar a qualidade da educação naquele país, “numa tentativa de justificar a inserção da escola pública no mercado concorrencial”. Para alcançar esse objetivo, recorrem aos relatórios produzidos por um único centro de pesquisa e não reconhecem todo o acúmulo de pesquisas sobre o tema no país, que aponta exatamente em outra direção.

OS CENTROS DE PESQUISA DO INSTITUTO UNIBANCO E DO SEBRAE: O INTERESSE NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA A ÁREA EDUCACIONAL

Para atrair investimentos públicos e adentrar os sistemas educacionais, as organizações precisam se apresentar aos governos e à sociedade como legítimas representantes dos interesses na área da educação. Então, elas têm que demonstrar que são capazes de construir propostas, de formar pessoas, de produzir materiais e levar seus projetos para dentro das instâncias governamentais. A criação dos centros de pesquisa torna-se, nessa perspectiva, algo fundamental, porque são esses centros, alinhados a organizações empresariais, que vão produzir materiais para provar sua eficiente atuação em áreas tradicionalmente coordenadas por servidores públicos. Essa produção se constrói a partir dos interesses que a organização tem de intervir em instâncias governamentais.

O CENTRO DE PESQUISA TRANSDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO

O Instituto Unibanco⁷ foi criado em 1982, com o propósito de intervir na organização das escolas brasileiras, com foco no apoio e desenvolvimento de “soluções de gestão para aumentar a eficiência do ensino” dessas escolas (Instituto Unibanco, 2024). É mantido com recursos de um fundo patrimonial, os *endowments*, tipo de fundo que reúne recursos e se organiza em torno de uma proposta/causa altruísta. Pode ser criado com múltiplas finalidades, sendo diferente de um fundo de investimentos em que o investidor objetiva obter retorno financeiro porque, nesse caso, o investidor aposta em uma causa e destina recursos com o propósito de perpetuar uma ação.

A principal ação do IU é o Programa Jovem de Futuro. De acordo com as informações disponíveis no *site* da organização⁸, o Programa foi criado em 2008, já atendeu quatro milhões de estudantes, 4.718 escolas, 11 redes estaduais de ensino, e passou por mudanças desde a sua criação. Inicialmente em um formato piloto, era realizado diretamente em poucas escolas que recebiam formação, recursos financeiros e materiais pedagógicos de apoio. As metas de melhoria de

⁷ As informações apresentadas neste tópico são fruto da pesquisa documental realizada no *site* do Instituto Unibanco: www.institutounibanco.org.br

⁸ A última consulta foi realizada em agosto de 2024.

aprendizagem e de redução do abandono e desigualdade foram pactuadas com as escolas participantes. As metas de melhoria de aprendizagem têm como referência os índices do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Os resultados dessa primeira fase foram avaliados (pelo próprio IU) e resultaram em um relatório intitulado *Avaliação de Impacto*, tratado pelo IU como um experimento científico. As conclusões desse documento sugerem que o IU estava no caminho certo e, portanto, deveria ampliar sua atuação.

A avaliação de impacto experimental mostrava que estávamos no caminho certo e que valia a pena dar escala ao Jovem de Futuro. Assim, em 2012, começa a segunda geração, com o grande desafio de se tornar uma política de rede. A associação ao Programa Ensino Médio Inovador do Ministério da Educação foi fundamental nesse período. Novos estados entraram nesse período e a cobertura de escolas chegou a mais de 80%. A gestão da escola foi fortalecida e o currículo das escolas redesenhado (Instituto Unibanco, 2020).

Em 2015 começou uma terceira etapa do Programa, agora com foco na atuação sistêmica da gestão e tendo como referência o Ideb. Nessa etapa, participaram das ações os estados do Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Goiás, Espírito Santo e Minas Gerais, com cobertura de até 99% das escolas nesses estados.

[...] ao longo de 12 anos de história do Programa Jovem de Futuro foi sendo constantemente aperfeiçoado gerando resultados positivos de aprendizagem, permanência de estudantes no ensino médio e diminuição da desigualdade [...] um programa movido pela ambição de que todo o jovem tenha direito a uma educação pública de qualidade (Instituto Unibanco, 2020).

No relatório de atividades de 2023 do IU, é possível perceber que a organização tem uma atuação consolidada junto a secretarias de educação dos estados do Piauí, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás. No caso de Minas Gerais, há um destaque no documento para a expressiva ampliação da atuação no estado, que além do Programa Jovem do Futuro, passou a contar com a Tutoria em Gestão para regionais e escolas, com o objetivo de fortalecer a gestão educacional e escolar. O estado do Rio Grande do Sul aparece, no relatório, como um novo parceiro. Nesse caso, há um destaque para a participação do governador do estado, Eduardo Leite, e da Secretária de Educação, Raquel Teixeira, no lançamento da parceria. Há um entendimento de que o envolvimento dessas pessoas, denominadas lideranças, inspira, influencia e impulsiona toda a rede de ensino a agir e a se corresponsabilizar pelos resultados educacionais. No dia 13 de março de 2024 aconteceu, no RS, o 2º seminário Estadual de Gestão da Educação Pública, promovido pela secretaria de educação do estado e o IU.

Os dados disponíveis sobre o IV Seminário Internacional de Gestão Educacional, evento realizado nos dias 19 e 20 de junho de 2024, em São Paulo, promovido pelo IU, são particularmente relevantes para este estudo. Essa atividade teve como objetivo estimular transformações pedagógicas a partir da discussão sobre dados e evidências, tendo como público-alvo pesquisadores, especialistas e gestores da área. A produção de dados e evidências influencia a tomada de decisão dos gestores públicos e, portanto, há que se dar maior atenção a essa tarefa; essa é a tônica do evento. Convidadas de duas universidades estrangeiras integraram a

programação para expor suas experiências nos EUA. Essa é uma sinalização da importância conferida pelo IU à produção do conhecimento.

No ano de 2015, 33 anos depois da fundação do IU e 7 anos depois da criação do principal programa da organização, foi cunhado o Centro de Pesquisa Transdisciplinar em Educação (CPTE) do IU, que tem como objetivo contribuir para o aprimoramento da política educacional por meio da produção de conhecimentos e qualificação do diálogo público. O acesso ao CPTE ocorre a partir de uma aba no site do IU. Nesse espaço, é possível localizar 22 produções, entre livros, relatórios e artigos. Parte dos materiais é elaborado em parceria com outras organizações. Para o IU, a produção do conhecimento tem “um valor em si mesma”, e o avanço “em pesquisas representa um caminho fecundo para a construção de uma sociedade orientada a partir de referências robustas, seguras e de qualidade” (Instituto Unibanco, 2024). A diretriz da atuação do CPTE é

estimular a produção, sistematização, a discussão e a disseminação de conhecimento científico sobre gestão educacional a partir de diferentes perspectivas disciplinares, com vistas a contribuir para esses campos científicos e para o aprimoramento das políticas educacionais e dos programas e iniciativas do instituto (Instituto Unibanco, 2024).

Entre as pesquisas/estudos desenvolvidos pelo CPTE está o artigo intitulado “Impacto do Programa Jovem do Futuro”, que é, em especial, importante para este artigo⁹, pois tem como objetivo apresentar os resultados da implementação de uma ação desenvolvida pelo IU. Há outros documentos sobre o Programa, como um relatório de uma pesquisa sobre “O papel da supervisora escolar no Programa Jovem do Futuro”, em que é analisado o papel dessa profissional na implementação da proposta do IU nas unidades escolares.

Outro documento produzido pelo CPTE foi o relatório intitulado “Seleção de diretores escolares: desafios e possibilidades” que tem como objetivo “contribuir para o debate e, principalmente, para a construção de políticas públicas de valorização e qualificação dos profissionais da educação, e do diretor de escola” (Instituto Unibanco, 2024). A partir da constatação de que as redes públicas usam mecanismos heterogêneos para a definição das equipes diretivas das escolas, o documento confere destaque à seleção dos profissionais que ocupam funções na gestão da escola pública no Brasil. A forma de seleção é apontada como determinante da qualidade da melhoria da gestão escolar, pois entre os fatores internos da escola, a ação dos gestores tem papel central no resultado educacional. Mesmo sem mencionar diretamente, a ideia de uma equipe diretiva que é escolhida pela comunidade escolar, conforme definido na LDB, no documento, é colocada em questão.

Há três relatórios que discutem “O impacto fiscal na Educação Básica da Covid 19”. Os três documentos são elaborados em parceria com o Todos pela Educação¹⁰, e buscam elencar uma série de ações para orientar o trabalho nas redes de ensino, nos primeiros dois anos da pandemia,

⁹ Neste artigo foi dada ênfase ao Programa Jovem do Futuro, pela expressiva quantidade de materiais localizada sobre a ação. Esse Programa aparece em destaque nos documentos analisados, o que sugere ser a principal referência de ação do IU.

¹⁰ Organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, financiada por grupos empresariais, que busca a aproximação com as estruturas governamentais para influenciar nas tomadas de decisão na área educacional.

para evitar o colapso financeiro na educação. Esses materiais sinalizam para o necessário incremento de recursos nas redes de ensino para dar conta da aquisição de recursos tecnológicos para a manutenção do vínculo com as instituições educacionais.

O guia “Gestão de pessoas nas secretarias de educação” é um documento que reúne informações divulgadas pelo IU durante os primeiros meses da pandemia, em vídeos, infográficos e quiz on-line, sobre formas de tratar a gestão de pessoas de maneira mais estratégica. O guia trabalha com a ideia de que o perfil e a competência do profissional, a seleção adequada (por meio de concurso) e a distribuição apropriada dos recursos humanos são fundamentais para a qualificação das redes de ensino.

Com o título “Financiamento da Educação no Brasil – mapeamento das receitas das unidades federativas e cálculo de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE)”, é exposta a pesquisa desenvolvida em parceria com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed), com um panorama das receitas dos 27 estados e do Distrito Federal, no ano de 2017. Além desses documentos citados, é possível encontrar, no *site* do CPTE, um relatório e um artigo sobre a reforma do Ensino Médio, produzidos a partir de uma pesquisa realizada com técnicos das secretarias estaduais de educação.

No *site* também há uma linha do tempo com registro da participação dos pesquisadores do CPTE em eventos. Essa participação permite visualizar alguns parceiros do Centro e os temas privilegiados para debate e aprofundamento. Em junho de 2018, visita do Banco Mundial ao IU. Em dezembro de 2019, participação no 41º Encontro Brasileiro de Econometria, com destaque para a descrição da participação em um dos mais importantes congressos de Economia do país. O CPTE foi responsável pela mesa denominada “O uso da ciência de dados aplicados à educação”, e foi representado por pesquisadores brasileiros e pelo convidado do grupo, Zachary A. Pardos, professor da Graduate School of Education da UC Berkeley, que desenvolve pesquisas com aplicação de tecnologia de *machine learning* e *big data* em educação. Em março de 2019, participação no congresso da Joint Research Centre, na União Europeia, com o objetivo de apresentar a estratégia de uso de evidências do grupo, articular possíveis parcerias de desenvolvimento de pesquisas e debater sobre políticas públicas em educação nos seminários organizados conjuntamente com o Joint Research Centre. Em outubro de 2019, participação na Jornada do Conhecimento IU, com o objetivo de debater estudos e pesquisas elaboradas por convidados externos. Contou com a participação de uma pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em fevereiro de 2020, houve a realização de visita ao Lemann Center for Entrepreneurship and Education Innovation in Brazil, na Universidade de Stanford, para troca de experiências sobre os desafios da educação pública brasileira e possíveis soluções. Desse encontro resultou o estabelecimento de uma parceria para realização de pesquisas e produção de artigos em conjunto. Em novembro de 2020 houve a promoção e participação na 2ª Jornada IU do Conhecimento. Essa jornada tratou da utilização de dados nas pesquisas e demais iniciativas do IU, com o propósito de aprofundar o debate e iniciar a construção de um protocolo de cuidados e restrições para o uso dessas informações. Em julho de 2021, participação na 5ª Conferência Internacional sobre Políticas Públicas, em Barcelona, organizada pela International Public Policy Association (IPPA). Nesse evento, os representantes do CPTE

participaram da mesa de debate “Estudando políticas de intervenções e iniciativas de reforma como ‘campanhas’”, e apresentaram o artigo “Fazendo o Jovem do Futuro funcionar ainda melhor: um estudo focado no desenho de uma campanha para introduzir mudanças em um programa público instituído”. O programa e a instituição foram selecionados, nessa Conferência, por serem considerados exemplos de iniciativas de mudança sistêmica e organizações líderes no processo de mudança sistêmica. A última atividade registrada, na linha do tempo, ocorreu em dezembro de 2022, na 44ª Encontro da Sociedade Brasileira de Econometria, em uma Sessão Especial do IU, com o tema “Desigualdades educacionais: reflexões e contribuições da ciência”.

Os últimos documentos disponíveis no site do CPTE são de 2021. Entretanto, as informações relativas às ações desenvolvidas junto às secretarias de educação estão atualizadas. A exposição do conjunto de documentos e ações desenvolvidas no CPTE tem, neste artigo, o propósito de demonstrar as múltiplas formas de atuação da organização na área educacional.

O CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA (CER)

Arelado à administração pública, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)¹¹ foi criado em 1972, com o nome de Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa (Cebrae). Essa vinculação foi rompida em 1990, quando foi transformado em Sebrae, e passou a ser uma instituição privada, sem fins lucrativos, mas que permanece recebendo repasses de recursos públicos. Como os demais integrantes do sistema S, os recursos do Sebrae advêm da contribuição compulsória das empresas¹².

Conforme assinalam Peroni, Mendes e Caetano (2021), o Sebrae, ainda que seja uma organização criada para apoiar empresas, tem investido em ações na área educacional e construído aproximações com as secretarias municipais e estaduais de ensino para inserir o tema do empreendedorismo nas instituições de ensino. Com 700 escritórios no país e com a vinculação de recursos públicos para a realização de suas ações, o Sebrae agrega condições para expandir sua base de atuação e produzir consensos junto a secretarias de educação sobre o necessário trabalho na Educação Básica, com temas como educação empreendedora e educação financeira. Para tanto, se alia a outras organizações com interesses análogos.

Em 2014 foi criado o CER, “com o propósito de produzir e compartilhar conteúdo, elaborar estudos e fomentar o desenvolvimento de pesquisas e ferramentas, disseminando e promovendo a educação empreendedora” (Sebrae, 2024). A produção de conhecimento pretendida pela organização tem como finalidade disseminar a cultura empreendedora e “impulsionar a Educação Empreendedora como uma abordagem de ensino, inspirando educadores a transformar o cenário educacional de nosso país” (Sebrae, 2024).

¹¹As informações apresentadas neste tópico são fruto da pesquisa documental realizada no *site* do Sebrae: www.cer.sebrae.com.br. A última consulta foi realizada em agosto de 2024.

¹²A contribuição compulsória sobre a folha de pagamento das empresas é um tributo que vai para os cofres públicos e é redistribuído para o Sistema S.

O CER Polo Sebrae de Educação Empreendedora tem como um de seus objetivos gerar conexões entre a educação e o mundo do trabalho. Nossos principais focos são:

- criar uma rede de aprendizado – conectando educadores a soluções inovadoras em educação empreendedora.
- fomentar a produção do conhecimento – estabelecendo parcerias estratégicas com instituições de ensino, empresas, além de centros de estudos, pesquisas e profissionais renomados nacional e internacionalmente.
- oferecer conteúdo de qualidade – gerar conhecimento capaz de transformar a educação de forma propositiva e relevante, fazendo a diferença na atuação dos educadores e na vida dos estudantes (Sebrae, 2024).

A intenção do Sebrae com a produção de conteúdos é influenciar o trabalho realizado nas redes públicas de ensino no país como um todo. O acesso ao CER pode ser feito diretamente em endereço eletrônico específico, mas também pode ser acessado em aba no *site* do Sebrae. No site do CER há duas abas com textos, denominadas “aprofundar” e “informar”. A parte “aprofundar” é assim definida: “aprofunde seus conhecimentos sobre educação empreendedora com acesso aos principais estudos e pesquisas. (Sebrae, 2024)

O tema predominante nesse conjunto de materiais é a educação empreendedora, mas outros temas também são abordados, como metodologias ativas de aprendizagem, ensino baseado em competências, ensino baseado em projetos, tecnologia na educação, BNCC, neurociência e aprendizagem, empreendedorismo feminino e *edtech startups*. Todos esses materiais são produzidos pelo Sebrae. Um ponto em comum em toda essa produção é o cuidado com a apresentação do conteúdo. Os materiais contam com uma diversidade gráfica de cores, imagens, diagramação e desenhos. Em outras palavras, existe atenção à forma de apresentação do conteúdo, que se difere, por exemplo, da forma de apresentação comumente encontrada nos trabalhos de conclusão de curso na educação superior.

Na aba “informar” há centenas de artigos, entrevistas, notícias e iniciativas. São textos curtos, com imagens, que se assemelham aos materiais disponíveis em sites jornalísticos. Para selecionar os artigos, a variedade de temas é maior que na aba “aprofundar”. Educação inclusiva, *bullying*, saúde mental nas escolas, inteligência artificial, alfabetização digital, Ensino Médio, projeto de vida, aprendizagem afetiva, prêmio educador transformador, cultura da paz, diversidade na escola e itinerários formativos são exemplos de assuntos abordados nessa aba. Chama a atenção, nesse conjunto de publicações, a ausência de manifestações dos usuários do *site*. É possível, com apenas um toque, manifestar apreço pela postagem, mas isso não ocorre, o que sugere o escasso acesso e consulta a esses materiais.

OS CENTROS DE PESQUISA VINCULADOS A ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS

Em um curto intervalo de tempo foram criados dois centros de pesquisa educacional vinculados a organizações que representam os interesses do capital. Esse crescimento não ocorre de forma isolada. A expansão das organizações sociais apresentada na primeira parte do texto, no

país, ano após ano, revela o quanto o setor privado avança sobre o fundo público. Junto com esse crescimento, também se amplia a atuação das organizações que têm como propósito produzir conhecimento para influenciar a opinião pública e a elaboração de políticas, os *think tanks*. Embora o CBTE e o CER não se autodefinam¹³ *think tanks*, pois esse conceito não foi localizado em qualquer documento analisado, é evidente que operam nessa perspectiva.

Como foi observado na descrição dos dois centros, há interesse em produzir conhecimentos sobre diversos temas educacionais para interferir no trabalho realizado nas redes e instituições de ensino. Questões organizacionais, financeiras, metodológicas, emocionais e didáticas são alvo de estudos com o propósito de apontar soluções para os problemas educacionais no país, para que possam ser adotados pelas secretarias de educação. É o propositor do produto que avalia e propõe a expansão da sua implementação. Isso ocorre, por exemplo, com o Programa Jovem de Futuro, que iniciou com um projeto piloto em algumas localidades e número reduzido de escolas, e logo foi produzido um estudo para demonstrar a pertinência da ampliação da implementação. Os estudos baseados em evidências ou em *cases* de sucesso também são usados como referência para convencer os gestores das secretarias de educação sobre o quanto são promissores os projetos apresentados pelas organizações. Nesse tipo de estudo, são produzidos dados isolados e superficiais da realidade educacional e são desconsideradas as múltiplas determinações dos complexos problemas que afetam as instituições educacionais (Minto, 2023).

Pode-se observar que a criação desses centros de pesquisa para produzir conhecimentos e disseminar dados e análises é recente. Mendes (2021a) analisou a criação, em 2016, do Centro de Inovação em Políticas Educacionais (Ceipe), vinculado à Fundação Getúlio Vargas, que pretendia ser o primeiro *think tank* brasileiro especializado em política educacional. A autora mostra que a coordenação do Ceipe, desde sua criação, foi entregue à Claudia Costin, integrante do restrito grupo das três primeiras pessoas chamadas por Bresser-Pereira para compor o Mare, em 1995. Trata-se de alguém afinada com o projeto de alteração na forma de organização do Estado e das políticas sociais, com a intensificação da atuação das organizações privadas e fragilização do atendimento à população realizado por servidores públicos. Nesse estudo, Mendes (2021a) também revela que o Ceipe contava com parceiros, como a Fundação Lemann, o Instituto Natura, o Itaú Social, entre outros, para desenvolver suas ações.

O Ceipe (Mendes, 2021a), o CER e o CPTE têm em comum uma atuação voltada para a produção direta de materiais que subsidiem a intervenção nas redes públicas de ensino. Esses *think tanks* vinculados respectivamente à Fundação Getúlio Vargas, ao Sebrae e ao Instituto Unibanco, conseguem aglutinar recursos e adentrar os sistemas educacionais para fazer valer um projeto educação que responde aos interesses do capital.

Em função do volume de recursos, da sua maior capacidade de organização e aglutinação, pois muitos se comportam como empresas, com *staff* e empregados remunerados, os APHs empresariais acedem mais facilmente a posições no Estado, inclusive modificando dispositivos legislativos, e dão caráter ‘estatal-legal’ a certas elaborações que, voltadas para áreas particulares, corporativas (no sentido de responderem a alguns setores específicos), tornam-se imposições da

¹³Muitas organizações nacionais e internacionais não fazem essa autodefinição. É a partir das suas características e das suas formas de atuação que são assim classificadas.

generalização de tais interesses, como se fossem interesse de todos (Fontes, 2020, p. 20).

A explosão de organizações sociais no país e a proliferação de *think tanks* mostra a capilaridade do setor privado na atuação junto às diferentes esferas governamentais. Em um intervalo de seis anos, foram criados três centros interessados em produzir estudos que embasem a produção de materiais para a disputa de um projeto de educação.

Além da produção de materiais, a organização e a participação em seminários, conferências e mesas redondas para disseminar a produção dessas organizações também é algo que se sobressai. É comum, nessas atividades, identificar a presença de palestrantes estrangeiros com algum vínculo com universidades conhecidas. Isso é uma forma de expor os resultados das pesquisas realizadas e, ao mesmo tempo, legitimar essa produção com interlocutores estrangeiros, que mesmo desconhecidos, pela origem em universidades que gozam de prestígio, conferem a essas pessoas e atividades certa legitimidade.

Observa-se que o modelo da produção acadêmica nas universidades brasileiras, de realizar pesquisas e socializar a produção, é adotado por essas organizações. Naquelas, essa socialização passa pelo crivo da avaliação dos periódicos científicos ou das comissões de avaliação de eventos das associações das diferentes áreas do conhecimento. Nessas, a divulgação da produção é determinada pelas condições internas da própria organização.

Secchi e Ito (2016) criticam, em seu estudo, a morosidade nas universidades para a celebração de convênios e parcerias com *think tanks* para a produção de conhecimento aplicado, o que inviabiliza, na perspectiva dos autores, a realização de algumas investigações. Os autores concluem que os estudos produzidos no meio universitário circulam predominantemente entre pares, construídos para produzir explicações ou descrições para atender demandas de ordem teóricas e não aplicadas. Essa crítica à academia parece desconsiderar o rigor no trato de um projeto de pesquisa em uma universidade que, antes de ser iniciado, passa pela análise de setores encarregados de avaliar sua viabilidade, pertinência e segurança, e identificar se cumpre todos os preceitos éticos da investigação científica. O mesmo ocorre com os relatórios de pesquisa, que seguem caminho semelhante. Como bem-sinalizado por Gramsci (1978), a ciência sempre aparece revestida de ideologia, e no estudo das superestruturas, ocupa lugar privilegiado, dada sua condição de extensão e continuidade de desenvolvimento.

A análise dos Centros de Pesquisa CER e CBTE precisa ser observada a partir dos fragmentos, relações, conexões, aproximações e distanciamentos que os formam na perspectiva de uma totalidade de práticas que constituem o capitalismo (Harvey, 2009). Guarda, portanto, relação com a realização de um objetivo social mais amplo. Esses *think tanks* pró-mercado produzem estudos para propor ações com o propósito de fomentar os interesses empresariais na organização das políticas educacionais e das redes de ensino. Para Mendes (2021b, p. 101), “quando essas organizações adentram nas instituições de ensino, não levam apenas seus recursos financeiros e suas marcas, mas valores e princípios, além de suas formas de agir, com o claro propósito de influenciar gerações no cumprimento dos mandamentos do capital”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação é obrigatória no Brasil, dos 4 aos 17 anos (Brasil, 1988). Isso significa frequência às instituições educacionais por pelo menos 14 anos. De acordo com os dados do Censo Escolar de 2023, foram 47,3 milhões de estudantes na Educação Básica no Brasil.

Esse expressivo contingente populacional, em idade de formação da personalidade, sempre foi alvo de atenção dos representantes do capital, mas esse interesse ganhou contornos de sofisticação nas últimas décadas. Os *think tanks* apresentam-se como mais ágeis, técnicos e isentos para produzir conhecimento que possa rapidamente ser aplicado. Isso significa que atuam em toda a estrutura do sistema educacional. Na realidade, o que existe são projetos em disputa na sociedade. Este estudo buscou compreender que movimentos as organizações que representam os interesses do capital realizam, de modo muito particular, para orientar a formulação das políticas educacionais.

Esses aparelhos privados de hegemonia operam para legitimar interesses dos grupos dominantes; portanto, avançam sobre o sistema educacional público para fortalecer o pensamento hegemônico. O CER e o CPTE produzem conhecimento para disseminar uma concepção de mundo que interesse ao capital, mesmo que conflitante com as condições de existência dos usuários da escola pública. O estudo mostrou que a aproximação com as secretarias de educação; a produção e disseminação de dados e materiais; a organização de seminários, conferências e mesas redondas são formas de levar para dentro da escola pública valores e princípios com viés empresarial.

Essas formas de atuação representam uma ameaça à educação brasileira, por restringirem e excluïrem a participação das comunidades na organização dos currículos; por atrelarem a educação aos princípios do mercado; por apostarem no discurso da liberdade individual sobre qualquer demanda coletiva e social e apostarem na desqualificação desses coletivos, tidos como políticos; e principalmente, por limitarem a formação de sujeitos independentes e críticos, que sejam capazes de reconhecer o lugar que ocupam na sociedade e entender os motivos históricos da produção das desigualdades e injustiças no país.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1988] https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1996]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. **Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília: Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [2004]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm. Acesso em: 13abr. 2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Os primeiros passos da reforma gerencial do Estado de 1995. In INCAIO, M. A.; MORAES, H. **Democracia, crise e reforma**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 171-212.

CASIMIRO, F. H. C. **A nova direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FONTES, V. Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Marx e o Marxismo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 15-35, 2020. Disponível em: <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/351>. Acesso em: 21 nov. 2023.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Relatório OSCIP e OS**: Perfil das Organização Social e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público em atividade no Brasil, 2020. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/relatorio-oscip-e-os>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LIGUORI, G. Aparelho hegemônico. In LIGUORI, G.; VOZA, P. **Dicionário Gramsciano 1926-1937**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 44-45.

MENDES, V. A intensificação dos princípios do mercado na organização das políticas educacionais: análise do Ceipe. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.8. n.4, p. 125-144, 2021a. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/14492/9961>. Acesso em: 16 mai. 2024.

MENDES, V. Os thinktanks pró-mercado e a educação no Brasil. In PERONI, V. M.; ROSSI, A. J.; LIMA, P. V. **Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e na América Latina**. São Paulo: Livraria da Física, 2021b. p. 89-105.

MINTO, Lalo. **O avesso das evidências**: pesquisa e política educacional em tempos de negacionismo. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2023.

MCGANN, J. 2008, Global Go To Think Tank Index Report. Disponível em: https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1000&context=think_tanks. Acesso em: 17 mar. 2024.

MCGANN, J. 2017, Global Go To Think Tank Index Report. Disponível em: https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1012&context=think_tanks. Acesso em: 17 mar. 2024.

MCGANN, J. 2018, Global Go To Think Tank Index Report. Disponível em: https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1017&context=think_tanks. Acesso em: 18 mar. 2024.

MCGANN, J. 2020, Global Go To Think Tank Index Report. Disponível em: <https://www.bruegel.org/sites/default/files/wp-content/uploads/2021/03/2020-Global-Go-To-Think-Tank-Index-Report-Bruegel.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2024.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica do padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

PERONI, V.; MENDES, V.; CAETANO, M. R. O empreendedorismo como referência de um projeto educacional privado para a educação pública do Rio Grande do Sul. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 65, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/21285/13815>. Acesso em: 16 mai. 2024.

RIKOWSKI, G. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, 2017. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/810/pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SAVIANI, D. O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a psicologia histórico-cultural. **Germinal**, Salvador, v. 7, n.1, 2015, p. 26-43. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12463/9500>. Acesso em: 6 mai. 2024.

SECCHI, L.; ITO, L. E. Thinktanks e universidades no Brasil: análise das relações na produção de conhecimento em política pública. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 46, 2016, p. 333-354. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/554/395>. Acesso em: 10 jun. 2024.

TEIXEIRA, T. **Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

Recebido em: 15 de julho de 2025

Aprovado em: 07 de novembro de 2025